

***Diante de mentiras que ninguém acredita, é preciso reafirmar o óbvio:
As queimadas são culpa do agronegócio!***

Brasil, 28 de setembro de 2020

Bolsonaro mente. Na ONU, para o mundo ver, ridiculariza o Brasil¹. Inventa uma realidade paralela, cínica, fingida. Os grileiros e desmatadores vibram com a farsa: podem continuar incendiando o Pantanal, o Cerrado e a Amazônia com a certeza de que o governo não fará nada para impedir. É um crime de lesa humanidade.

Enquanto a sociedade brasileira se indigna e lamenta a devastação, precisamos lembrar e nos inspirar no espírito das lutas dos seringueiros com Chico Mendes realizando os empates amazônicos; da luta das quebradeiras de coco-babaçu com Dona Raimunda, Dona Dijé e até hoje em todo o Cerrado em defesa dos babaçuais; dos tantos heróis e heroínas dos povos indígenas, comunidades quilombolas, pantaneiras, geraizeiras, raizeiras, retireiras, ribeirinhas, assentadas de reforma agrária que, ao longo do tempo, têm defendido as florestas e matas nativas com seus próprios corpos.

É em honra deles e delas, a "história que a história não conta", que os movimentos, organizações e pastorais sociais do campo; redes, articulações e campanhas; e redes e grupos de pesquisa brasileiros que assinam essa carta afirmam o compromisso com a memória, a verdade e a justiça. Não nos calamos diante de velhos estratagemas autoritários reeditados, que incitam o ódio e o racismo e sustentam farsas e crimes contra os direitos dos povos.

Neste sentido, nos cabe reverberar ao mundo que:

1) A culpa é do agro: as queimadas são estratégias para consolidar a grilagem

Os grileiros se aproveitam da leniência do governo para incendiar o Pantanal, o Cerrado e a Amazônia e, assim, destruir a vegetação das terras públicas, em sua maioria devolutas e tradicionalmente ocupadas, buscando consolidar processos de grilagem. Contam, desde o princípio, com a perspectiva de posterior regularização fundiária sobre as terras griladas, ou mesmo com a conivência dos Cartórios de Imóveis, e com a anistia do desmatamento ilegal, mesmo sobre áreas de reserva legal obrigatória de imóveis rurais já regularizados. É um [ciclo histórico de fogo, desmatamento, grilagem e anistia](#), baseado na certeza da impunidade, e aprofundado por um governo que desmonta os órgãos de fiscalização e monitoramento e arma as classes proprietárias rurais para avançar com a pistolagem e conflitos no campo.

¹ Em pronunciamento de abertura da Assembleia Geral da ONU em 22 de setembro de 2020, o presidente Jair Bolsonaro disse, entre outras mentiras, que os "incêndios acontecem praticamente, nos mesmos lugares, no entorno leste da floresta, onde o caboclo e o índio queimam seus roçados em busca de sua sobrevivência, em áreas já desmatadas"; e que "Os focos criminosos são combatidos com rigor e determinação. Mantenho minha política de tolerância zero com o crime ambiental. Juntamente com o Congresso Nacional, buscamos a regularização fundiária, visando identificar os autores desses crimes."

O Estado brasileiro tem buscado institucionalizar a grilagem de terras através de diferentes ações. As medidas de flexibilização da regularização fundiária e ambiental em múltiplas escalas adotadas na última década, a ausência de fiscalização nos registros de propriedades rurais nos cartórios de imóveis, bem como a atuação conivente de diversos setores do Sistema de Justiça com a apropriação ilegal de territórios tradicionais promovem diretamente o aumento do desmatamento, e impactam os modos de vida dos povos do Pantanal, do Cerrado e da Amazônia. Em especial, o projeto de lei 2633, o "PL da grilagem", em tramitação, sinaliza aos grileiros a perspectiva de futura anistia.

Ainda que as [fronteiras entre o desmatamento legal e ilegal sejam tênues, justamente pelo ciclo histórico de anistia e regularização da ilegalidade](#), estudos apontam que [62% do desmatamento ilegal estrito senso no Cerrado e na Amazônia \(em termos de hectares desmatados\), entre 2008 e 2019, esteve concentrado em 2% das fazendas](#) dessas regiões. O Pantanal é emblemático dessa dinâmica: a maior parte da destruição do Pantanal mato-grossense por incêndios (480 mil ha) neste ano ocorreu no [período proibitivo do fogo no estado, iniciado em 1º de julho de 2020. Cerca de 67,5% do total \(324 mil ha\) foram incendiados a partir de nove focos iniciais](#), cinco dos quais localizados em fazendas inscritas no Cadastro Ambiental Rural (CAR) como imóveis rurais privados. Os proprietários dessas fazendas [comercializam gado para os grupos Ammagi e Bom Futuro](#) que, por sua vez, fornecem gado para conglomerados como JBS, Marfrig e Minerva. Estes focos foram a origem do fogo que queimou aproximadamente 117 mil hectares no Pantanal (área equivalente à cidade do Rio de Janeiro). Outros três pontos de incêndio iniciaram em áreas não cadastradas e impactaram 148 mil hectares. A tríade grilagem-fogo-desmatamento é a marca registrada do governo Bolsonaro.

As áreas desmatadas são postas para a produção de *commodities* agrícolas - e não alimentos - destinadas, na sua maioria, para a exportação, carregando consigo o sangue dos povos e a devastação dos territórios. Enquanto o governo sacrifica as matas e florestas para exportar commodities, [a segurança alimentar se deteriorou no Brasil e regrediu a níveis inferiores a 2004, primeiro ano de medição pelo IBGE](#).

2) O governo Bolsonaro é cúmplice da devastação por ação e omissão

2020 tem se consolidado como um ano de recordes no Brasil, tanto de exportações do agronegócio, quanto de desmatamento. As queimadas no Pantanal neste ano são as [maiores desde que o Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais \(INPE\) começou a registrar os números, em 1998, destruindo 15% da região](#). De janeiro a meados de agosto de 2020, [560 mil hectares do Pantanal mato-grossense foram queimados, 95% dos quais em área de vegetação nativa](#). Isso equivale a nove vezes o desmatamento total ocorrido no Pantanal nos últimos dois anos, uma escalada devastadora. Nos últimos 12 meses, [a taxa de desmatamento na Amazônia aumentou 34%](#). Ainda, segundo dados do INPE, [os anos de 2019 e 2020 \(até setembro\)](#) foram de recordes na quantidade de focos de queimadas no Cerrado (50,3 e 43,6 mil), no Pantanal (5,9 e 16,9 mil) e na Amazônia (65,7 e 73,9 mil), totalizando, 141,6 mil focos em 2019 e 153,5 mil focos até 27 de setembro de 2020.

O que não podemos nos esquecer é que por trás de números, fotos de devastação e imagens de satélite com focos de incêndio, estão conflitos por terra e destruição da biodiversidade e de modos de vida indígenas e tradicionais.

O aumento do desmatamento e das queimadas é reflexo do desmonte e militarização de órgãos ambientais em conjunto com a flexibilização das políticas de controle do desmatamento. O Instituto Chico Mendes de Conservação e Biodiversidade (ICMBio) e o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) são alvos das constantes reestruturações da pasta ambiental, que ocorrem através da redução orçamentária e da nomeação de militares para ocuparem cargos estratégicos, o que resulta na falta de pessoal e de equipamentos no combate ao desmatamento.

O desmonte e a desqualificação do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE) pelo governo também validam o aumento da devastação ambiental. Desde julho de 2019, ao divulgar o aumento de 88% do desmatamento na Amazônia Legal em relação ao mesmo mês de 2018, o INPE tem sido alvo de ataques do governo Bolsonaro. Além do negacionismo em relação ao avanço do desmatamento, tais posicionamentos do governo são ofensivos e lesivos ao conhecimento científico, deslegitimando as pesquisas desenvolvidas no país.

As ações e omissões não são ocasionais e isoladas, mas convergem em um projeto de Brasil a serviço do agronegócio, em benefício da bancada ruralista no Congresso Nacional, dos latifundiários e dos grileiros, promovendo o desmatamento e o ataque aos direitos territoriais de povos indígenas e comunidades tradicionais.

3) O uso do fogo nos sistemas agrícolas tradicionais é um saber ancestral e muito diferente dos incêndios criminosos do agro

Nos diferentes ecossistemas de florestas, campos, áreas úmidas e savanas, há tradições de manejo por meio do uso do fogo para promover a fertilização da terra para novo plantio (como na roça de toco, coivara ou itinerante), para manejar pasto nativo para criação de gado e/ou para a rebrota de algumas espécies de uso extrativista. Este processo é parte da constituição da agrobiodiversidade ao longo do tempo, ou seja, o cultivo consciente da combinação de uma diversidade de espécies vegetais de interesse humano, seja para alimentação, criação animal, artesanato, arquitetura, medicina ou rituais.

Esse fogo manejado - seja no Cerrado, no Pantanal ou na Amazônia - nos sistemas tradicionais é realizado por meio de regras consuetudinárias que respeitam o tempo e o lugar certo (áreas pequenas e de uso rotativo) e a forma de fazer o fogo, garantindo que ele não se alastre. Os povos e comunidades querem garantir as matas de pé e, por isso, cuidam desse processo e estabelecem protocolos coletivos.

Os incêndios criminosos, ao contrário, têm por objetivo devastar para consolidar a grilagem. São feitos especialmente no tempo seco e a partir de vários focos, muitas vezes usando árvores e galhos em leiras em áreas preparadas para que o fogo se alastre. Os levantamentos sobre os

focos de incêndio a partir de propriedades privadas no Pantanal demonstram essa dinâmica criminosa que o governo Bolsonaro quer acobertar, criminalizando os sistemas tradicionais!

4) Quando o Pantanal, o Cerrado e a Amazônia queimam são os modos de vida de seus povos e comunidades que estão queimando

Os povos indígenas e comunidades quilombolas, tradicionais e assentadas de reforma agrária têm seus modos de vida entrelaçados com as matas, das quais dependem para ter água limpa e abundante, para ter ar puro, para se alimentar e gerar renda vendendo seus produtos nas feiras, para ter suas medicinas tradicionais, para manter suas tradições culturais e espirituais.

É por isso que [quando o Pantanal, o Cerrado e a Amazônia queimam são esses modos de vida que estão queimando](#), sua reprodução social fica comprometida, a base material da sua existência é usurpada.

O ar poluído pela fumaça do desmatamento que chega nas grandes cidades e as imagens aterradoras dos bichos morrendo devem nos indignar e mobilizar no sentido de lutar por transformações políticas. Mas quando vemos as imagens de devastação, não podemos jamais nos esquecer dos povos e comunidades que são os herdeiros de saberes tradicionais que guiam o manejo e a conservação das águas e da biodiversidade. Eles são os guardiões e defensores desses bens comuns!

5) Assegurar os Direitos territoriais de povos e comunidades do Pantanal, Cerrado e Amazônia é a melhor forma de conter o desmatamento

O governo Bolsonaro tem desmantelado instituições públicas como a Fundação Nacional do Índio (FUNAI) e o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), paralisando os processos de demarcação. E, junto com a bancada ruralista no Congresso Nacional, tem promovido legislações que favorecem a grilagem e a anistia aos desmatadores.

Os povos indígenas e comunidades quilombolas, tradicionais e assentadas de reforma agrária defendem as matas e florestas contra as ameaças e a devastação desses grileiros. É por isso que a melhor forma de conter o desmatamento é assegurar seus direitos territoriais, reconhecendo e demarcando suas terras tradicionalmente ocupadas e destinando terras à reforma agrária.

Se ainda há Pantanal, Cerrado e Amazônia em pé é porque esses povos estão com os pés em seus territórios, defendendo as matas, as águas, os bichos e a biodiversidade!

A eles: nossa gratidão!

Com eles, caminhamos em defesa de seus direitos territoriais, que é também a defesa de nossos bens comuns!

Assinam:

1. Agência 10 Envolvimento
2. Alternativa para a Pequena Agricultura no Tocantins - APA-TO
3. AMA - Articulação de Mulheres do Amazonas
4. APÃWA - Associação do Povo Ãwa
5. Articulação Nacional de Agroecologia – ANA
6. Articulação Tocantinense de Agroecologia - ATA
7. Articulação Pacari
8. Articulação para o Monitoramento dos Direitos Humanos no Brasil
9. Articulação Rosalino de Povos e Comunidades Tradicionais - MG
10. Associação Agroecológica TIJUPÁ
11. Associação Água Doce - Movimento de Proteção ao Taquaruçu Grande
12. Associação Brasileira de Reforma Agrária - ABRA
13. Associação de Advogados/as de Trabalhadores/as Rurais - AATR/Bahia
14. Associação do Assentamento Itamarati – MS
15. Associação do povo indígena Krahô-kanela-Apoinkk
16. Associação dos Geógrafos Brasileiros - AGB
17. Associação Montanha Viva
18. Associação Nacional da Pastoral do Menor
19. Associação Paraense de Apoio as Comunidades (APACC)
20. Associação União das Aldeias Apinajé-Pempxà
21. Campanha de Prevenção e Combate ao Trabalho Escravo
22. Campanha Nacional em Defesa do Cerrado
23. Cáritas Brasileira Regional Maranhão
24. Cáritas Tocantinópolis
25. Central Única dos Trabalhadores - CUT
26. Central Única dos Trabalhadores no Estado de Goiás - CUT Goiás
27. Centro Acadêmico de Nutrição Maria Emília Pacheco
28. Centro Burnier de Justiça Socioambiental - MT
29. Centro de Agricultura Alternativa do Norte de Minas
30. Centro de Terapia Holística Arco-íris
31. CESE - Coordenadoria Ecumênica de Serviço
32. Clínica de Direitos Humanos e Socioambientais- USJT
33. COEQTO - Coordenação Estadual das Comunidades Quilombolas do Tocantins
34. Coletivo de Fecho de Pasto do Oeste da Bahia
35. Coletivo Ocupações Urbanas Grande Florianópolis
36. Comissão Episcopal Pastoral para a Ação Social Transformadora da CNBB NORTE 3
37. Comissão Nacional de Direitos Humanos
38. Comissão Pastoral da Terra - CPT
39. Comitê Defensor da Vida Amazônica na Bacia do Rio Madeira
40. CONAQ - Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas
41. Conselho Indigenista Missionário - CIMI
42. CONTRAF BRASIL

43. Cozinha comunitária quilombola de Alcântara - MA
44. Defend Democracy in Brazil NY
45. Escola de Formação Política Pedro Casaldáliga
46. FAOR - Fórum da Amazônia Oriental
47. FASE - Solidariedade e Educação
48. FBSSAN - Fórum Brasileiro de Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional
49. Fórum de Mobilidade Humana de Passo Fundo
50. Fórum Mudanças Climáticas e Justiça Socioambiental
51. Fórum Nacional da Sociedade Civil nos Comitês de Bacias Hidrográficas - FONASC
52. Frente Amazônica de Mobilização em Defesa dos Direitos Indígenas
53. Fundacion CAUCE: Cultura Ambiental, Causa Ecologista
54. Fundo Dema
55. Gias – Grupo de Intercâmbio em Agroecologia de Mato Grosso
56. Grassroots International
57. Grupo Carta de Belém
58. Grupo de Consciência Negra do Tocantins - GRUCONTO
59. Grupo de Estudos, Pesquisas e Projetos de Geografia, Educação do Campo e Questão Agrária - GEOEDUQA (UFGD)
60. Grupo de Trabalho Hans Jonas da ANPOF (Associação Nacional de Pós-Graduação em Filosofia)
61. Grupo Justiça e Paz ISJ
62. Grupo Mulher Brasileira
63. ICSbio - Instituto Cerrado e Sociobiodiversidade
64. Instituto de Estudos Socioeconômicos - INESC
65. Instituto Gaia
66. Instituto Mato Verdinho/Retireiros do Araguaia
67. Irmãs Franciscanas de Nossa Senhora Aparecida
68. Laboratório de Educação, Restauração e Agroecologia (UNEMAT)
69. Laboratório de Estudos Afrocentrados em Relações Internacionais da Universidade de Brasília (LACRI/UnB)
70. Levante Popular da Amazônia
71. MIQCB - Movimento Interestadual das Quebradeiras de Coco Babaçu
72. Mobilização dos Povos Indígenas do Cerrado - Mopic
73. Movimento Camponês Popular - MCP
74. Movimento de Mulheres Camponesas
75. Movimento de Pescadores e Pescadoras Artesanais - MPP
76. Movimento dos Atingidos por Barragens – MAB
77. Movimento dos Pequenos Agricultores - MPA
78. Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra - MST
79. Movimento Negro Unificado de Pernambuco
80. Movimento pela Soberania Popular na Mineração - MAM
81. Movimento Quilombola do Maranhão - MOQUIBOM
82. Núcleo de Estudos Amazônicos (UnB)
83. Núcleo de Extensão e Desenvolvimento - LABEX (UEMA)

84. Núcleo de Pesquisa e Extensão em Saberes e Práticas Agroecológicas - Neuza (UFT)
85. Núcleo em Agroecologia e Agricultura Familiar - NEAF (UFMA)
86. Núcleo Tramas (UFC)
87. Pastoral da Juventude Rural
88. Prelazia de São Félix do Araguaia - MT
89. Rede Brasileira de Justiça Ambiental - RBJA
90. Rede de Agroecologia do Maranhão - Rama
91. Rede Social de Justiça e Direitos Humanos
92. Serviço Amazônico de Ação, Reflexão e Educação Socioambiental - SARES
93. Serviço Pastoral dos Migrantes
94. Sintrametal - Sindicato dos Trabalhadores das Indústrias Metalúrgicas
95. Terra de Direitos